

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 126/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 41/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2022.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES / MT DATA/HORA: 19 de outubro de 2022 — 8h30min (HORÁRIO LOCAL)

O Município de Nobres/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. LEOCIR HANEL, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP, Tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PLANTAS, GRAMAS E DEMAIS ITENS DE PAISAGISMO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, POR UM PERIODO DE 12(DOZE) MESES, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos, que será conduzido pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeadas pela Portaria Nº 325/2022, na sala de Licitação, no horário e dia designados, nos termos e condições abaixo conforme especificações do Anexo I, que faz parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal n.º 8.666/1993, a Lei Federal n.º 10.520/2002, o Decreto Federal nº 10.024/2019, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto Municipal n.º 27/2021 e demais legislação aplicável.

INÍCIO DA SESSÃO: Às 8h30h horas do dia 19/10/2022.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 8h30min horas do dia 19/10/2022.

LOCAL: Setor de Licitação

O Edital estará disponível no Setor de Licitação na sede da Prefeitura de Nobres - MT com sede na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná, e no endereço eletrônico: https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/, para maiores informações poderá se encaminhada através do licitacao@nobres.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3376-4216.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE PRESENCIAL DO PREGÃO

A opção pela modalidade de Pregão Presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Dentre as alegações há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta. Além disso não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02. Considerando as disposições do art. 20 da Lei 8.666/1993, que dispõe que "As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado."

Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3°, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

Forçoso salientar que o art. 1º, §3º da Lei 10.024/2019, traz a obrigatoriedade da adoção do pregão na forma eletrônica pelos entes federativos apenas nos casos de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias. Tratando-se de recursos próprios admite-se a adoção do pregão na forma presencial.

Doutro norte, a adoção do pregão em sua forma presencial fortalece o desenvolvimento do comércio local deste Município, que conta com uma estimativa de 15.332 habitantes, segundo dados do IBGE do ano de 2020 (https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/nobres.html?), sendo que a realização do pregão na forma eletrônica acarretaria na baixa ou ausência de participação do comércio local e regional, que não estão adaptados ao sistema recém começado a ser utilizado por este município para realização do pregão eletrônico, e atrairia aventureiros de municípios distantes ou até mesmo de outros Estados, que por vezes na prática não atendem as necessidades do município no quesito "Prazo de Entrega", o que faz com que percamos tempo convocando os demais colocados dos itens, que na maioria não aceitam assumir o produto, fazendo com que o item seja cancelado e tenhamos que realizar novo procedimento licitatório. Com isso a população carente que utilizam os serviços públicos sofre com a falta de produtos para atender os programas da Secretaria Municipal de Assistência Socia que necessitam de vários produtos para o bom funcionamento da máquina pública.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de preço para FUTURA E EVENTUAL

AQUISIÇÃO PLANTAS, GRAMAS E DEMAIS ITENS DE PAISAGISMO, PARA ATENDER

AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, POR UM PERIODO DE 12(DOZE)

MESES, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos, conforme

condições e especificações constantes no ANEXO I, do Termo de Referencia parte integrante deste

edital.

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será Menor Preço, observadas as exigências contidas neste

Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1 No dia e local designado para o recebimento dos envelopes, cada licitante deverá se apresentar junto ao

Pregoeiro e à Equipe de Apoio para o seu credenciamento, no período das 8h às 8h30min;

2.2. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, munido

de copia do contrato social autenticada, ou acompanhada do original e documento que o credencie a participar

deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos

envelopes;

2.2.1. Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento que tenha foto equivalente, autenticada, ou

acompanhada com a original para autenticação pela comissão.

2.2.2. Declaração de que Cumprem os Requisitos para Habilitação, (ANEXO VIII);

2.2.3. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com

firma reconhecida, com poderes específicos para formular propostas ofertas e lances de preços e praticar todos os

demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente.

2.2.4. O credenciamento do representante junto ao Pregoeiro precederá ao ato de entrega dos envelopes contendo

a proposta de preços e documentação de habilitação.

2.2.5. A fase do Credenciamento se encerrará com a abertura dos envelopes de Proposta;

2.2.6. Após abertura da proposta não será admita a inclusão de novos participantes.

3 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.3.1. Somente será admitida a participação de empresa jurídica, que comprovem com documentos de registro ou autorização legal, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta e atendam as exigências do edital e seus anexos.
- 3.2 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:
 - a. Que se encontrem sob Falência, Recuperação Judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - b. Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controlada, coligada ou subsidiária entre si.
 - c. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou CRC (Certidão de Registro de Cadastro) do Município, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

d. Estrangeiras que não funcionarem no País.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os

documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição dos objetos ofertados e o

preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-

se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

a. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de

habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§ 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas

apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e

julgamento da proposta.

4.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente

serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do

envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento do arquivo mediador, dos

seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante:

5.1.4. Garantia do fabricante;

5.1.5. Descrição detalhada dos produtos, contendo as informações similares à especificação do Termo

de Referência.

5.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no campo

próprio as ESPECICIFICAÇÕES e MARCAS dos produtos ofertados, a não inserção de

especificações e Marcas dos produtos nestes campos, implicará na desclassificação da empresa, face

à ausência de informação suficiente para desclassificação da proposta.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- 5.4. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.6. Os licitantes devem respeitar os <u>preços médios estimados</u> estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes conseqüências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do **art. 71, inciso IX, da Constituição**; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.
- 5.8. Se a empresa optar por apresentar a proposta impressa diretamente do mediador, a mesma deverá apresentar como capa da proposta o modelo em anexo, mesmo que não conste os itens, somente as informações a baixo;
- 5.9. Na proposta de Preços deverá constar:
- 5.9.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal, endereço completo, telefone para contato, nº da conta corrente, agência e respectivo banco e, se possível endereço eletrônico (email);
- 5.12. Juntamente com a proposta impressa, deverá constar no envelope, pendrive contendo arquivo eletrônico fornecido juntamente com este edital. O arquivo deverá estar devidamente alimentado com os valores unitários e totais, item a item.
- 5.13. Dentro do pendrive devera conter somente as proposta de preços.
- 5.14. O referido arquivo não poderá sofrer nenhuma alteração na sua nomenclatura.
- 5.15. O programa eletrônico mediador poderá ser retirado diretamente pelo site: https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.
- 5.16. Esta Comissão e Setor de licitação se exime de quaisquer responsabilidade caso a licitante interessada

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

em participar do certame não faça o requerimento do arquivo eletrônico por escrito via email.

5.17. Quando do preenchimento dos valores dos itens houver item com a mesma descrição, mas o código for

diferente, este também deverá ser preenchido com seus respectivos valores.

5.18. O arquivo mediador contendo os itens para elaboração da proposta estará publicada juntamente com

edital no endereço eletrônico https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.

5.19. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos na proposta ou incorretamente cotados

que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das

propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou

qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.20. Salientamos que as empresas participantes do certame atentem para o DECRETO Nº 1949 de 27 de maio de

2009, que introduz alterações no Regulamento do ICMS e dá outras providências, visando à equalização do

tratamento tributário em operações que destinem mercadorias ao consumidor final localizado no Estado de Mato

Grosso.

5.21. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas

neste edital e seus anexos, e no pleno reconhecimento de que não se enquadra em nenhuma das situações

impeditivas de participação.

5.22. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço,

pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvada apenas

aqueles destinados a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela autoridade

competente do Município de Nobres.

5.23. Após a realização da sessão pública a licitante vencedora deverá encaminhar a proposta final de preços no

prazo de 24 horas, impressa, redigida com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente

datada, rubricada e assinada na última folha.

6. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para envio das propostas, em observância aos

dispositivos legais, os interessados poderão formular consultas por escrito por email no endereço

licitacao@nobres.mt.gov.br e/ou fone/fax (0xx65) 3376-4200, Ramal 4218 ou pessoalmente na sede da

Prefeitura Municipal de Nobres.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O julgamento da Proposta de Preço será pelo MENOR PREÇO POR ITEM, constantes do Anexo I.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

7.2. Aberta a sessão, os interessados entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido,

procedendo-se à sua imediata abertura e verificação da conformidade das propostas com os requisitos

estabelecidos no Edital.

7.3. Verificando-se, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital quanto ao oferecimento da

proposta, será ela desclassificada.

7.4. Será classificada pelo Pregoeiro, a licitante que apresentar a proposta de MENOR PRECO POR ITEM,

constantes no Anexo I e aquelas que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por

cento), relativamente à de menor preço.

7.5. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no

subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que

seus autores participem dos lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de

valores distintos e decrescentes, através dos seus representantes legais.

7.7. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances

verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante

da etapa de lances verbais e na manutenção da sua última oferta, ou constante na sua proposta original ou do

último lance oferecido, para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço

e o valor estimado para a contratação.

7.10. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e os valores apresentados pela proposta

classificada em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito.

7.11. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe

adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, pelo Pregoeiro.

7.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará

as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a

apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a

ela adjudicada o bem definido no objeto deste edital e seus Anexos.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

7.13. Nas situações anteriormente previstas de ordenação de preços através de lance ou proposta, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.14. Caso ocorra à apresentação de duas ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, as classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

7.15. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Todos os Licitantes deverão apresentar dentro do Envelope nº 2, os documentos específicos para participação neste Pregão, devendo ser entregues em sequencia e na ordem a seguir, a fim de permitir celeridade na conferencia e exame correspondentes.

8.1. - Habilitação Jurídica:

- ✓ Cédula de identidade, quando se tratar de empresa individual.
- ✓ Registro comercial, no caso de empresa individual.
- ✓ Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores ou; os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- ✓ Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
- ✓ Decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, obedecendo ao art. 28 da Lei n° 8.666/93.

8.2. - Relativos À Regularidade Fiscal E Trabalhista:

- ✓ Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- ✓ Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.
- ✓ Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- ✓ Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser certidão conjunta de pendências tributárias e não tributárias junto à SEFAZ e à PGE, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;
- ✓ Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante, com validade na data de apresentação da proposta;
- ✓ Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- ✓ **ALVARA DE FUNCIONAMENTO** que contemple o comércio a exerce suas funções durante o exercício vigente;
- ✓ Declaração de que concorda com todas as condições estabelecidas no presente Edital e documentos pertinentes, bem como, de inexistência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação, conforme Modelo em Anexo.
- a) Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, <u>será considerado o lapso de 60 (sessenta) dias</u> <u>contados a partir da data</u> de sua expedição.
- b) As Microempresas e Empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar da lavratura da ata da sessão de abertura do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- d) A não regularização da documentação, no prazo previsto na Letra "L", implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos.

8.3.1. DAS CERTIDÕES COMPLEMENTARES E INSTRUÇÕES:

- a) Certidão de Idoneidade: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:
- b) Certidão CGU: https://certidoes.cgu.gov.br/

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

c) Certidão Improbidade Administrativa

- CNIA:

https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php

d) Declaração de concordância com todos os termos contidos no presente edital.

e) Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a disponibilidade, caso

venha a vencer o certame, dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições

previstas.

f) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854,

de 27 de outubro de 1999.

g) Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante,

e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

g.1) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

g.2) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos

que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

h) A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, deverá apresentar, também, o Decreto de

Autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a

atividade assim o exigir.

i) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por

cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que apresentadas na sessão

as originais para conferência pelo pregoeiro, sendo que estas não deverão estar no interior do envelope.

j) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos

no presente edital e seus anexos.

k) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital

e seus anexos, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

1) Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código

Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de 01(um) a 05 (cinco) anos, se o documento é público, e reclusão, de

01 (um) a 03 (três) anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo

7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

m) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, que nos termos da Lei Complementar 123/2006,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada.

n) A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos beneficios de que trata a LC 123/2006, deverá

apresentar na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que não se encontra em

nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da referida Lei.

o) A Empresa Licitante que quiser gozar dos benefícios da LC 123/2006, deverá apresentar requerimento próprio

para este fim.

8.1. – QUALIFICAÇÃO ECONOMICA- FINACEIRA

a) Demonstrações contábeis, incluindo o balanço patrimonial do exercício social do ano do último

exercício já exigível, apresentados na forma da lei ou documentação equivalente, que comprove a boa

situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; ou,

b) Para as empresas que são facultadas a apresentação do Balanço Patrimonial pelo FISCO, que o

caso das empresas com Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Optantes pelo Simples Nacional (EPP e

ME) em substituição ao Balanço poderão apresentar Declaração de Imposto de Renda de Pessoa

Jurídica – IRPJ referente ao ano do último exercício já exigível (Conforme o disposto no § 1º do Art.

7º da Lei nº 9.317/96 c.c. Art. 31, I, da Lei n. 8.666/93, c.c. Art. 3º do Decreto Federal n. 8.538/2015

e Art. 47 da Lei 123/2006);

c) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extra Judicial expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, trinta dias antes da data da abertura

dos envelopes, caso não apresente o seu prazo de validade;

d) Para o Micro Empreendedor Individual Declaração Anual do SIMEI quando a empresa se manteve

em atividade em exercício(s) anteriores, quando a abertura da mesma for do ano vigente não será

necessário apresentar a Declaração citada.

9.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.6.1. Comprovação de que possui em seu quadro responsável técnico, devidamente

reconhecido pela entidade competente.

9.6.2. A capacitação técnico-profissional, exigida acima, em se tratando de sócio ou diretor

deverá ser feita pelo "Contrato Social" em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

Tratando-se de empregado a comprovação deverá ser feita através do registro em Carteira

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Profissional de Trabalho, ou Contrato Particular de Prestação de Serviços.

9.6.3. Comprovação de aptidão, Atestado de Capacidade Técnica do profissional, para

desempenho pertinente ao objeto licitado e compatível em características com o objeto da

licitação, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente;

9.6.4. Comprovante de inscrição da licitante no registro nacional de sementes e mudas -

(RENASEM), como comerciante de mudas junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e

Abastecimento – (MAPA), ou no Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

- (INDEA/MT), ou no órgão competente da sede da licitante.

9.6.5. Declaração da licitante, sob as penas do Art. 299 do código Penal, de que terá a

disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos licitados para realizar a entrega nos

prazos e/ou condições previstas. (MODELO ANEXO XIV)

9.6.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei

nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. (MODELO ANEXO XIV).

9.6.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em

nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo,

salientando que:

9.6.8. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.6.9. Se a licitante for a <u>filial</u>, todos os documentos deverão estar em nome da <u>filial</u>, exceto aqueles

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da

matriz;

9.7. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia

autenticada por cartório competente, ou em publicação da imprensa oficial;

9.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos

documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer

dispositivo deste Edital e seus anexos, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

9.10. Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299

do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de 01(um) a 05 (cinco) anos, se o documento é

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

público, e reclusão, de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa, se o documento é particular, independente

da penalidade estabelecida no artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.11. No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte, que nos termos da Lei Complementar

123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente a regularidade fiscal, esta deverá ser

mencionada.

9.12. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos beneficios de que trata a LC

123/2006, deverá apresentar na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação,

declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da referida Lei.

9.13. A Empresa Licitante que quiser gozar dos benefícios da LC 123/2006 - 147/2014, deverá

apresentar requerimento próprio para este fim.

10. – DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

10.6. – Caberá ao Pregoeiro (a) inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir

qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade, excetuado o

disposto no item 21.2 deste Edital.

10.7. - Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde

que, justificadamente, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração.

10.8. - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o (a) Pregoeiro (a)

analisará a documentação de habilitação das proponentes remanescentes respeitando a ordem

de classificação.

11. - DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO

DA LICITANTE

11.6. - Depois de avaliada a aceitabilidade da(s) proposta(s) e a qualificação da(s) licitante(s)

titular(es) do(s) menor(es) preço(s), constatado o atendimento dos requisitos, a Pregoeira

comunicará as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação

e proclamará o resultado da licitação.

11.7. - Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso ou solicitação de

amostras, o (a) Pregoeiro (a) fará a adjudicação do objeto à vencedora, com imediata emissão

da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

12. - DOS RECURSOS

- 12.6. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.7. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.8. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.9. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.9.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. - DA HOMOLOGAÇÃO

13.6. - Decididos os recursos eventualmente formulados, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para a assinatura do contrato, o qual poderá, motivadamente, revogar a licitação, por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

do contrato.

- 13.7. A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.
- 13.8. A convocação para assinatura do contrato/ata será formalizada mediante notificação encaminhada ao endereço eletrônico (indicado pelo licitante na sua proposta de preços ou envelope) ou qualquer outro meio a critério do Município.
- 13.9. A adjudicatária deverá assinar o contrato/ata dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o item 14.3.
- a) O prazo concedido para assinatura da ata de Registro de Preços/contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.6. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 14.6.1. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.
- 14.6.2. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto dopresente edital, com perfeição e acuidade.
- 14.6.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.
- 14.6.4. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.
- 14.6.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Município, e cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência

imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do

empenho.

14.6.6. - Manter, durante a execução do contrato/ata, as mesmas condições de habilitação.

14.6.7. - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem

necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco

por cento) do valor contratado.

14.6.8. - A contratada deverá fornecer todos os produtos de alta qualidade dentro das normas

exigidas pelo código do consumidor.

14.6.9. A licitante vencedora deverá manter em estoque quantidades suficientes para o pronto

atendimento das Secretarias, tendo em vista que o seu descumprimento acarretará as penalidades

previstas em Edital, inclusive multa diária por dia de atraso.

14.6.10. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do Fornecimento,

inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

14.6.11. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço

registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução

ouinexecução da entrega objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo

não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta 14.6.12.

bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

14.6.13. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas

normas regulamentadoras pertinentes;

Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe,

integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será

exercida por esta Prefeitura;

14.6.15. Indenizar terceiros e/ou a própria Prefeitura mesmo em caso de ausência ou omissão de

fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a

contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades

competentes e às disposições legais vigentes;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

15. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.6. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da licitante às dependências da Prefeitura Municipal de Nobres-MT.
- 15.7. Emitir autorização de fornecimento, bem como outras informações que considerar pertinentes para o bom e fiel cumprimento da ata e ou/ e do instrumento contratual;
- 15.8. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA/PROMITENTE**, no prazo avençado após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade e nas condições estabelecidas nesta ata;
- 15.9. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas na ata de registro de preços e/ ou contrato bem como demais anexos;
- 15.10. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA/PROMITENTE;
- 15.11. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela promitente/contratada;
- 15.12. O objeto licitado será recebido pela contratante no local indicado na proposta de preço pelo vencedor do certame, conforme endereço estabelecido no **ANEXO I**;
- 15.13. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 15.14. O fornecimento de qualquer item do objeto licitado, em desconformidade com as especificações do Anexo I do edital e a proposta de preços, acarretará a obrigação de corrigir a desconformidade.
- 16.9.1. Na impossibilidade de correção da desconformidade o item será rejeitado, com a aplicação das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.
- 16.9.2. Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
- 16.9.3. Aplicar a CONTRATADA penalidades e sanções, quando for o caso;
- 16.10. Prestar a toda e qualquer informação a promitente fornecedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 16.11. Notificar, por escrito à promitente fornecedora/Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

16.12. - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações

apresentadas na proposta da Contratada.

16. - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

16.6. A entrega dos produtos deverá ser feitas nas sedes das Secretarias solicitantes, ou no local

indicado por elas nas NADS, desde que não haja possibilidade de recebimento na sede, e que,

o local indicado seja no perímetro urbano da cidade, conforme Anexo I – Termo de Referência.

16.7. - No recebimento e aceitação do objeto desta Licitação, serão consideradas, no que couber, as

disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei n. 8.666/93, observando-se que;

16.8. O objeto será recebido definitivamente (já incluso o recebimento provisório), em até 10 dias,

para verificação da qualidade, quantidade e conformidade com o exigido no Edital, pelo fiscal

de contrato designado pela Administração;

16.9. As Secretarias poderão, quando do recebimento do objeto, efetuar quaisquer diligências que

julgar necessárias para aferir a qualidade do mesmo, observadas as especificações constantes

deste Edital e seus anexos.

16.10. Em caso de dúvidas quanto à qualidade dos materiais ofertados, os ensaios, testes e demais

provas exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do licitante/contratado, cabendo

à Administração escolher os testes que serão realizados e a instituição que as promoverá, nos

termos dos arts. 43, § 3°, c/c. 75 da Lei n.8.666/93.

16.11. Verificando-se defeito ou que o objeto não atende as especificações do Edital, a licitante

será notificada para saná-lo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ficando, nesse período,

interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

16.12. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da

licitante.

16.13. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de

penalidades.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da liberação da

Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na conta bancária da detentora do Ata.

17.2. O valor total dos serviços contratados mediante emissão de Ordem de Serviços.

17.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com

parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

17.5. O CNPJ da detentora do Contrato constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da

documentação apresentada no procedimento licitatório.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora do Contrato enquanto pendente de liquidação

quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência,

sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

18. DAS PENALIDADES

18.1- Às proponentes que ensejarem o retardamento na execução do certame, seja parcial ou total,

não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no

Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas,

conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município

pelo infrator na forma da lei 8666/1993, conforme segue:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a

prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso

CNPJ: 03.424.272/0001-07

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida

sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após

decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ I^{o} Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta,

responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas

juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo

processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3^{o} A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro

de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do

interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo

a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação. (Vide art 109 inciso

III)

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser

aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta

Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal

no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de

atos ilícitos praticados.

18.2. - As infrações penais tipificadas nos artigos do Código Penal, serão objeto de processo judicial

na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

18.3. - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Nobres.

- 18.4. A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.
- 18.5. As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela licitante vencedora.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento – Exercício de 2022, que deverão ser alocadas nas seguintes dotações :

Sec. Munic. Educação	118 - 05.002.12.361.0013.2029.3.3.90.30.1.500.1001000
Sec. Munic. Educação	130 - 05.002.12.361.0013.2034.3.3.90.30.1.550.0000000
Sec. Munic. Educação	144 - 05.002.12.365.0013.2035.3.3.90.30.1.550.0000000
Sec. Munic. Saúde	212 - 06.002.10.122.0029.2086.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Saúde	231 - 06.002.10.301.0029.1038.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	243 - 06.002.10.301.0029.2081.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	274 - 06.002.10.301.0029.2098.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	286 - 06.002.10.302.0029.2082.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Social	363 - 07.002.08.244.0025.2069.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Infraestrutura	704 - 08.001.15.451.0010.1079.3.3.90.30.2.500.0000000
Sec. Munic. Infraestrutura	466 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.30.2.500.0000000
Sec. Munic. Turismo	559 - 11.001.13.392.0016.2052.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Turismo	575 - 11.001.23.695.0015.2046.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	632 - 17.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.1.500.0000000

19.2. As despesas decorrentes do ano de 2023, ocorrerão pelas dotações orçamentárias do ano de 2023.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

21.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

à interposição de recurso, a Pregoeira opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que

posteriormente será submetido à autoridade competente para fins de homologação.

20.2. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão, serão adotados os mesmos

procedimentos já previstos neste edital para adjudicação e homologação do resultado da licitação.

20.3. A autoridade competente homologará o resultado da licitação, convocando o adjudicatário a

assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar da

data em que o mesmo for convocado para fazê-lo pela via eletrônica ou junto a Prefeitura.

21. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

21.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses a partir de sua assinatura.

21.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade da Ata

de Registro de Preços, o órgão Gestor e os demais Órgãos participantes não serão obrigados à

aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos itens objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto,

outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de

qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

22. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECO

22.1. – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

22.2. – Pela Administração, quando:

23.2.1 – A Detentora não cumprir com as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

23.2.2 – A Detentora que não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de

Registro de Preço, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração

não aceitar sua justificativa;

23.2.3. – A Detentora der causa a rescisão administrativa do Termo de Contrato, decorrente da Ata

de Registro de Preços;

23.2.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do pedido, decorrente da ata de

registro de preços;

23.2.5 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado.

23.2.6 – Por razões de interesse público, devidamente justificadas pela Administração;

23.2.7 - quando comprovada a observância de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

8.666/93.

23.3 - A comunicação do cancelamento de preço registrado será feita pessoalmente ou por

correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem

ao Registro de Preços;

23.4 – Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será

feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico AMM/MT, por duas vezes consecutivas,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

23.5- Pela Detentora quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de

cumprir as exigências da Ata de Registro dos Preços;

23.6 – A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com

antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no

item do edital caso não aceitas as razões do pedido.

24. DA ADESÃO À ATA DE RP

24.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de

Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização

da Secretaria Municipal de Administração.

24.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela

estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não

prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Nobres/MT e órgãos

participantes.

24.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a

cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata

de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (DECRETO Nº

9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

24.3.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na

totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o

órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não

participantes que aderirem. (DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

24.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:

- a) que exista disponibilidade do item solicitado;
- **b)** que instrua o pedido através de ofício, com as informações necessárias de acordo com a legislação vigente;
- 24.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o processo de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:
- a) número da ata e seu objeto;
- **b)** quantidade contratada;
- c) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;
- d) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de preço, para possíveis contatos;
- e) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;
- f) carta de concordância do fornecedor;
- g) justificativa da vantajosidade;
- 24.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.
- 24.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de Nobres, por meio do Setor de Licitações através do e-mail **licitacao@nobres.mt.gov.br** ou pelo endereço Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná, telefones: (65) 3376-4215.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.
- 25.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a ressarcimento.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

25.3. O (a) Pregoeiro (a), em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não

comprometam o interesse da Administração, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança da

contratação/fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, poderá sanar e/ou relevar omissões

ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a

promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.4. No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a

realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil,

prevalecendo o horário estabelecido.

25.5. O órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou em

parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus

representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste

Edital ou de seus anexos, se for o caso.

25.6. O certame poderá ser suspenso a qualquer momento, com a devida justificativa do pregoeiro,

não ensejando quaisquer indenizações ou direitos aos licitantes interessados em participar da licitação;

25.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e

incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

25.8. Nas aquisições advindas do presente processo licitatório aplicam-se, subsidiariamente, no que

couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

25.9. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Nobres-MT,

renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.11. - O tratamento favorecido e diferenciado aos microempreendedores individuais,

microempresas e empresas de pequeno porte, se aplica igualmente ao agricultor familiar, produtor

rural pessoa física e sociedades cooperativas de consumo, nos termos da Lei Complementar

123/2006.

25.12. - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal

10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

25.13. - Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações

assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto a quitação financeira da negociação realizad

26. DOS ANEXOS

- 26.1 São partes integrantes deste Edital os anexos:
 - a) ANEXO I Termo de Referência;
 - b) ANEXO II Formulário Padrão de Proposta de Preços;
 - c) ANEXO III Modelo Declaração para MPE'S nos termos da LC 123/2006;
 - d) ANEXO IV- Modelo Declaração de Idoneidade
 - e) ANEXO V- Modelo Declaração de Cumprimento De Requisitos
 - f) ANEXO VI- Modelo Declaração de empregador (Pessoa Jurídica);
 - g) ANEXO VII- Modelo Declaração de responsabilidade
 - h) ANEXO VIII Modelo Declaração Anti Corrupção;
 - i) ANEXO IX Modelo Credenciamento;
 - j) ANEXO X Declaração antifraude;
 - k) ANEXO XI Modelo Atestado;
 - 1) **ANEXO XII** Minuta Ata de RP;
 - m) ANEXO XIII Minuta Contrato

Nobres-MT, 04 de outubro de 2022.

Quézia da Rosa Ferreira

Supervisora de Departamento

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL SRP n° 41/2022

OBJETO: Registro de preço para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PLANTAS, GRAMAS E DEMAIS ITENS DE PAISAGISMO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, POR UM PERIODO DE 12(DOZE) MESES, conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

1. JUSTIFICATIVA:

A Aquisição pretendida, destina-se a atender a necessidade de melhorar o aspecto paisagístico nos canteiros, avenidas, praças e jardins do município, através da manutenção e renovação dos mesmos.

2. ITENS E SEUS QUANTITATIVOS

Código TCE	Itens	Unidade	Quantidade	Preço estimado
00021467	CHEFLERA VARIEGATA - SCHEFFLERA ARBORICOLA, FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS) ALTURA MÍNIMA 10 CM)	un	600,0000	R\$ 29,4075
287462-8	GRAMA AMENDOIN ARA CHIS REPENS FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIO. (RECOMENDAÇÃO DE PLANTIO DE 25 MUDAS / M²)	SACO	12.500,0000	R\$ 11,7700
441615-5	IPE AMARELO TABEBUIA CHRYSOTRICHA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIOO SATISFATORIOS COM ALTURA ENTRE 1,30 A 1,50 M.	un	60,0000	R\$ 60,6850
43249-0	IPE BRANCO TABEBUINA FISTULA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIOS. COM ALTURA ENTRE 1,30 A 1,50 M.	un	60,0000	R\$ 60,6850
441612-0	IPE ROSA TABEBUIA PENTAPHYLLA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIOO SATISFATORIOS COM ALTURA ENTRE 1,30 A 1,50 M.	un	60,0000	R\$ 60,6850
00036366	MINI HIBISCO - HIBISCO ANAO DE JARDIM / HIBISCOS SUNNY CITIES - HIBISCUS ROSA-SINENSIS, PRODUZIDO POTE PLASTICO Nº14, COM VOLUME DE SUBSTRATO DE 1,5L. ALTURA MINIMA 20 CM.	un	60,0000	R\$ 40,3500
00021467	MUDA DE PLANTAS ORNAMENTAIS - ACISTÁCEA VARIEGATO- (ASYSTASIA GANGETICA) 10 CM; SHEFFERA ARBORICOLA, FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS)	un	60,0000	R\$ 21,9333
00015328	MUDA DE PLANTAS ORNAMENTAIS - PERIQUITO, ALTERNANTHERA FICOIDEA, ALTURA MINIMA: 10 CM, FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIO. (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS).	un	19.500,0000	R\$ 5,0750

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

00015336	OITI LICANIA TOMENTOSA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIOS COM ALTURA ENTRE 1,20 A 1,50 M.	un	192,0000	R\$ 64,2500
0004683	PALMEIRA LEQUE LICUALA GRANDIS FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIOS. COM ALTURA MÍNIMA 1,00 M.	un	90,0000	R\$ 392,5000
418856-0	PALMEIRA VEITCHIA MERRILLII FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIO COM ALTURA MÍNIMA DE 1,50M.	un	120,0000	R\$ 428,7500
418856-0	PALMEIRA WEDELIANA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIO COM ALTURA MÍNIMA 80 CM	un	120,0000	R\$ 364,2500
0000847	PEDRA SEIXO ROLADO - LAVADO - COM TONS DE CORES PREDOMINANTES, AREIA, MARRON, VERMELHO TERRA, ETC COM GRANULOMETRIA ENTRE 2 A 4CM (RECOMENDACAO DE USO 4 SACOS M2 OU 5 CM DE ESPESSURA) EMBALADAOS EM SACOS DE 30KG.	kg	13.800,0000	R\$ 1,1550
00023370	PEDRISCO ORNAMENTAL, PARA PAISAGISMO, CORES PREDOMINANTES (BRANCO, CINZA CLARO, VERMELHO TERRA, AREIA) EMBALAGEM DE 30 KG.	un	8.400,0000	R\$ 36,6666
73386-5	QUARESMEIRA TIBOUCHINA GRANULOSA FOLHAGENS E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO SATISFATORIOS. COM ALTURA ENTRE 1,20 A 1,50 M.	un	60,0000	R\$ 59,3750
	·			Total: R\$ 748.714.24

Valor Global estimado R\$ 748.714,24 (setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos)

DA VIGÊNCIA

3.1.O Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

DA FORMA DE AQUISIÇÃO/ENTREGA/TRANSPORTE 4.

- A contratação decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência das Secretarias Municipais, mediante a emissão de requisição de fornecimento, acompanhada da nota de empenho.
- Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a contratação de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.
- A entrega dos produtos, será de forma parcelada, na medida da necessidade, a Secretaria interessada, através de servidores previamente autorizados, farão as solicitações dos produtos junto à contratada, mediante formulário próprio de Ordem de Fornecimento, emitido pelo encarregado

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

responsável.

d. A contratada deverá efetuar a entrega das plantas, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias

úteis, contados do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de

prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO

MUNICIPAL.

e. Caso não seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa será notificada e receberá

as penalidades previstas;

f. A entrega dos produtos deverá ser feitas nas sedes das Secretarias solicitantes, ou no local

indicado por elas nas NADS, desde que não haja possibilidade de recebimento na sede, e que, o

local indicado seja no perímetro urbano da cidade;

g. A Transporte das plantas poderá ser será realizada com veículo próprio da contratada, e ou,

veículo alugado pela mesma;

h. O transporte deverá ser realizado de forma segura, de forma que as plantas cheguem com

aspecto saudável e bonito, no momento da entrega.

5. QUANTIDADE DE UNIDADES A SEREM COTADAS E ADQUIRIDAS

5.1. Os licitantes devem ofertar proposta para toda a quantidade constante de cada item

especificado neste Anexo.

5.2. Para o Registro de Preços do presente objeto, o município de Nobres, não está prevendo o

estabelecimento de quantidades mínimas a serem adquiridas.

6. DA GESTÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Caberá à Secretaria de Administração, através da Comissão Permanente de Licitação, a

gestão dos preços registrados, verificada a adequação destes aos praticados pelo mercado e às

necessidades demandadas pela Administração municipal;

6.2. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes do edital caberão

respectivamente à Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias requisitantes, que

determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei

Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- **7.1.** O objeto da presente licitação será recebido pelas Secretarias requisitantes, através de servidor designado, mediante Termo de Recebimento da efetiva prestação dos serviços e deverá atestar seu recebimento.
- 7.1.1. Os produtos serão recebidos da seguinte forma:
- a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;
- b) Definitivamente, em até **03 (três) dias úteis**, após o recebimento provisório, mediante, "atesto" na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.
- **7.2.** O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste Termo de Referência e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.
- **7.3.** O recebimento não exclui qualquer responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela qualidade dos serviços fornecidos;
- **7.4.** As plantas solicitadas deverão ser entregues no município de Nobres, em local determinado pelas Secretarias solicitantes, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até **03 (três) úteis** dias para aceitar os materiais.
- 7.5. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
- **7.6.** O fornecimento dos produtos deverão ser executados no local designado, de acordo com o projeto básico apresentado pela Secretaria solicitante.
- 7.7. O fornecimento, compreende a entrega de placas de grama em tamanho padrão, forrações, arbustos e vegetação de médio e grande porte, devidamente plantadas com distância entre covas e tamanho referente a cada espécie a ser utilizada. Responsabilizar-se pela substituição das mudas

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

que vierem a perecer por insetos, pragas ou deficiências nutricionais em 07 (sete) dias úteis.

7.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Termo e da licitação.

7.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do **Código de Defesa do Consumidor**, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

7.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo dos servidores responsável das Secretarias solicitantes, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

7.11. Os prazos serão contados, a partir do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

7.12. Caso não seja possível a realização do serviço no prazo indicado, a Contratada deverá, imediatamente após receber a ordem de serviço, informar as razões à unidade requisitante dos serviços, para, se aceitas, alterar o prazo ou definir prioridade em relação a outros serviços.

7.13. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por todos os custos referentes ao fornecimento de mão de obra, necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos, taxas de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional;

7.14. No ato da entrega, os serviços serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfazer (em) á especificação exigida ser (ão) rejeitados pela Contratante.

7.15. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratatante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

7.16. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será

obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

7.17. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do produto

ofertado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP - Ata

de Registro de Preços, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins

de verificação.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Após o fornecimento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá enviar ao CONTRATANTE

a Nota Fiscal, correspondente ao fornecimento para conferência e aprovação, através do servidor

responsável legalmente constituído para este fim;

8.2. Pelo fornecimento, quando devidamente solicitados, e executados, pagará ao

FORNECEDOR REGISTRADO o valor constante em sua proposta comercial, sem qualquer ônus

ou acréscimo;

8.3. Após o atesto da nota fiscal, comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as

notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas, serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria

para o efetivo pagamento.

8.4. O pagamento será efetivado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após apresentação da nota

fiscal ao setor de contabilidade/tesouraria.

8.5. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário em

conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da

conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.6. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo estipulado

no subitem anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

8.7. Para a efetivação do pagamento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá apresentar

comprovante da sua regularidade fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9. DA FISCALIZAÇÃO

- **9.1.** A fiscalização da contratação decorrente do edital caberá à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Participantes do processo, que determinará o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.
- **9.2.** Para fiscalização do fornecimento junto a CONTRATADA, serão designados servidores de cada Secretaria, ordenadora da despesa, formalmente nomeados para esse fim, conforme Portaria.
- **9.2.1.** Competirá ao responsável pela fiscalização acompanhar o fornecimento dos produtos, inclusive observância às quantidades máximas a serem adquiridas, rejeitar os que estiver em desacordo com as especificações do edital, bem como, dirimir as dúvidas que surgirem no decorrer do fornecimento, dando ciência de tudo ao licitante adjudicado, conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **10.2.** O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
- I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
- II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
- III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

IV) **multa** de **0,5%** (**zero vírgula cinco por cento**) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista no Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

- V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- VII) após o 20° (vigésimo) dia de inadimplência, o ÓRGÃO GERENCIADOR terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
- VIII) a inadimplência do **FORNECEDOR REGISTRADO**, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
- IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
- X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo **Departamento Financeiro do ÓRGÃO GERENCIADOR**, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);
- XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, o FORNECEDOR REGISTRADO será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pelo FORNECEDOR REGISTRADO,

do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais

sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com

a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento)

do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de

força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo

máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a

de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, com

suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após

notificação endereçada ao FORNECEDOR REGISTRADO, assegurando-lhe o prazo de 5

(cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

11. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

11.1. Os licitantes poderão contatar com o Departamento de Licitação pelo telefone (65) 3376-

4218, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto a execução e

fornecimento do objeto a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes.

12. PREVISÃO LEGAL

12.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência, tem amparo legal na Lei Federal 10.520/02 e

subsidiariamente na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2. Os itens e quantidades deste termo de referencia foram autorizados pelos seguintes secretários:

Nobres, 04 de outubro de 2022.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Lucélia Sebastiana de Almeida **Sec. Mun. De Educação**

Marcos Alves Albuquerque **Sec. Mun. De Saúde**

Maria Cecilia Botini Hanel Sec. Mun. De Asistencia Social

Rafael Roberto Botini Sec. Mun. De Infra Estrutura e Sub Prefeitura

Evelyn Bonatelli Hanel **Sec. Mun. De Turismo**

Acendino Mendes **Sub-Prefeitura**

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO II

Modelo PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Presencial SRP nº 41/2022

CNPJ/CPF	
NOME REPRESENTANTE:	
ENDEREÇO:	N°:
BAIRRO:	CEP:
CIDADE:	UF:
COMPL.:	
TELEFONE	EMAIL:
Passamos as mãos de Vossa Senhoria, no	ssa proposta de preço referente aos itens do objeto do
Pregão Preencial SRP nº 41/2022, Registro de	preço para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO
PLANTAS, GRAMAS E DEMAIS ITE	NS DE PAISAGISMO, PARA ATENDER AS
SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NO	OBRES/MT, POR UM PERIODO DE 12(DOZE)
MESES, conforme condições e especificações o	constantes neste Edital e seus anexos.
Para o fornecimento dos produtos, incluindo en	cargos e outras despesas inerentes, nosso preço total dos

Produtos:

itens é de R\$.....

EMPRESA:

Código TCE	Itens	Unida de	Quantida de	Preço Unit.	Valor total
00021467	CHEFLERA VARIEGATA - SCHEFFLERA ARBORICOLA, FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS) ALTURA MINIMA 20 CM.	Un	130,0000	R\$:	R\$ xxx

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

conforme previsão editalícia.

A empresa declara que todas as despesas com fretes, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título

A empresa declara que terá condições de cumprir com os prazos e condições de entrega dos produtos.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: Até 05 (cinco) dias úteis.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

especialmente no que se referir ao Pregão Presencial n. xx/2022 , que a proponente, com sede	
inscrita no CNPJ/MF sob ne com Inscrição Estadual n, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)	<i>'</i>)
Srs(as), portadores(as) da Cédula de Identidade RG n	
inscrito(s) no CPF sob n, é [micro empreendedor individual/microempresa/empresa o	
pequeno porte] nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previst	os
no § 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n. 123/2006.	
Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/200	6,
possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionad	a,
como ressalva, na supracitada declaração.	
LOCAL, data. NOME	
Cargo	

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº xx/2022 DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

		DECLARAÇAO DE IDONEIDADE
(Nome da E	Empresa)	
CNPJ/MF	Nº	,
	sediada.	
(Endereço C	Completo)	
modalidade	Pregão Pres	da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a sencial SRP nº xx/2022, instaurada pela Prefeitura Municipal de Nobrestrados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer
de suas esfe		rados initioneos para nenar ou contratar com o roder ruoneo, em quarquer
	Por ser expi	ressão de verdade, firmamos a presente.
	(Local e Da	ta)
	(Nome e Nú	úmero da Carteira de Identidade do Declarante)
c		declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e n o número do CNPJ.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº xx/2022 DECLARAÇÃO DE CIENCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

	(Nome da Empresa)
	CNPJ/MF N°
_ Nº habilitação e até a presen	mento ao previsto no edital do "PREGÃO PRESENCIAL N° xx/2022
(Local e	rigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Data)
	(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
ca	OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e arimbada com o número do CNPJ.
	ESTE DOCUMENTO DEVERÁ ESTAR NO CREDENCIAMENTO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº xx/2022 DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR

(Nome da Empresa)	
CNPJ/MF N°	, sediada
(Endereço Completo)	
Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pesso	al, empregados menores de 18 (dezoito) anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualqu	uer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos,
salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quator	ze), anos, em observância à Lei Federal nº
9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 2	7 da Lei Federal nº 8666/93.
Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de pr	-
modalidade Pregão Presencial nº xx/2022 , instaurado p	elo Município de Nobres-MT, que não possui
em seu quadro de pessoal servidor público ou membro c	omissionado do Poder executivo, legislativo
exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, ad	ministração ou tomada de decisão, (inciso III,
do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complemen	tar n°. 04/90),
Por ser verdade, firmamos a presente.	
Local e data	
Nome do declarante	RG CPF
OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timb	rado da empresa proponentecarimbada com o
número do CNPJ.	
Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprer	ndizes deverá declarar essa condição.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,
Paço Municipal, CEP: 78460-000
Fone: 3376-4200
www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº xx/2022

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Presencial SRP nº xx/2022,
da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, que a empresatomou
conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a
cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.
Local e data:
Assinatura e carimbo da empresa:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO ANTIFRAUDE E DA CORRUPÇÃO

(EMDDI	ESA) inscrita no CNPI sobo no	e inscrição estadual - no
	ESA), inscrita no CNPJ sobo no	
	de à (ENDEREÇO), neste ato representada por (
	, do CPF no	
_	Presencial 41/2022, declarar, sob as penalidades of	_
•	citantes devem observar e o contratado deve	
fornecedore	es e subcontratados, se admitida subcontratação,	o mais alto padrão de ética durante todo
o processo	de licitação, de contratação e de execução do ob	jeto contratual. Para os propósitos desta
cláusula, de	efinem-se as seguintes práticas:	
a)	"prática corrupta": oferecer, dar, receber ou	solicitar, direta ou indiretamente,
qualque	er vantagem com o objetivo de influenciar a ação	de servidor público no processo de
licitação	o ou na execução de contrato;	
b)	"prática fraudulenta": a falsificação ou omis	ssão dos fatos, com o objetivo de
influenc	ciar o processo de licitação ou de execução do cor	ntrato;
c)	"práticacolusiva": esquematizar ou estabelec	er um acordo entre dois ou mais
licitante	es, com ou sem o conhecimento de representantes	o prepostos do órgão licitador, visando
estabele	cer preços em níveis artificiais e não-competitivo	os;
d)	"prática coercitiva": causar dano ou ameaçar o	causar dano, direta ou indiretamente, às
pessoas	ou sua propriedade, visando influenciar sua parti	cipação em outro processo licitatório
ou afeta	r a execução do contrato;	
e)	"prática obstrutiva":	
(I) destr	ruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em ins	peções ou fazer declarações falsas aos
representan	ntes do organismo financeiro multilateral, com	o objetivo de impedir materialmente a
apuração de	e alegações de prática prevista; atos cuja intenção	o seja impedir materialmente o exercício
do direito d	le o organismo financeiro multilateral promover i	nspeção;
- Na 1	hipótese de financiamento, parcial ou integral,	por organismo financeiro multilateral,
mediante ad	diantamento ou reembolso, este organismo impo	rá sanção sobre uma empresa ou pessoa

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outrora de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

||| - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local

de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cidade e Estado:
Data:/
RESPONSÁVEL LEGAL RG e/ou CPF

*Esta declaração deverá estar contida na documentação de habilitação (sob efeito de inabilitação)



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO IX

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)	
A	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES	
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA	
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP nº xx/2022	
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM	
Indicamos o (a) Sr.(a)	, portador da cédula de
identidade nº, órgão ex	pedidor,
como nosso representante legal na Licitação em referência, pode	
HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os	esclarecimentos à nossa Proposta,
interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar	todos os atos necessários ao fiel
cumprimento do presente Credenciamento.	
CNPJ:	_
Razão Social:	-
Nome de Fantasia:	-
Inscrição Estadual:	_
Atenciosamente,	
Assinatura do Representante Legal	
(nome e função na empresa)	
RG:	
CPF:	
CNPJ da empresa	

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa), sediada na Rua
, nº, bairro,, CEP Município -
, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no
Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº xx/2022, DECLARA, sob as penas da lei, que:
- inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 20, da Lei
8.666/93;
- não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7 º da
Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº
9.854/1999.
- não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo
funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º
da Lei 8666/93 e inciso X.
- sob as penas do Art. 299 do código Penal, que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame,
dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas.
Local,/
Assinatura do representante legal sob carimbo
RG:
CPF:
CNPJ da empresa:
Puo Ludgardas Haffmann Piodi s/nº Tardim Paraná

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XI

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Timbre/logomarca da Pessoa Jurídica Emite	ente)				
	atest	a para os	devidos fi	ns que a Er	npresa
		,	com	sede	na
, forneceu/forne	ece os produtos	abaixo re	lacionados,	sendo cump	oridora
dos prazos e termos firmados na contratação	o, não havendo	contra o r	nesmo nenl	num registro	que a
desabone.					
Relação dos Produtos/serviços prestados:					
(Especificar os serviços/Produtos)					
(Especificar os serviços/Produtos)					
(Especificar os serviços/Produtos)					
(Especificar os serviços/Produtos)					
Local e Data					
(Nome completo por extenso do responsáv	rel pela Pessoa	Jurídica e	emitente de	ste atestado	e sua
assinatura)					

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS xx/2022 PREGÃO PRESENCIAL N°. XX/2022

PROCESSO: No. XX/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o Município de Nobres, Estado de Mato	o Grosso, devidamente cadastrado
com o CNPJ: 03.424.272/0001-07 neste ato representado pelo Exce	elentíssimo Prefeito Municipal, Sr.
LEOCIR HANEL, brasileiro, casado, portador da	Cédula de Identidade nº
_SSP/UF e CPF/MF n°	_, residente e domiciliado nesta
cidade de Nobres - MT, considerando o julgamento do PREGÃO	PRESENCIAL SRP Nº 35/2022,
tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS, para futura e ever	ntual FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO PLANTAS, GRAMAS E DEMAIS ITENS DE PA	ISAGISMO, PARA ATENDER
AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT, POR	LUM PERIODO DE 12(DOZE)
MESES, conforme especificações contidas no Termo de Referênci	a – anexo I, do edital. RESOLVE
registrar os preços das Empresas:	_, inscrita no CNPJ:,
localizada na	_, CEP
_,representada pelo Sr	_, portador do RG:
_SSP/ e o CPF:	_, nas quantidades estimadas na
CLÁUSULA PRIMEIRA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇ	OS, de acordo com a classificação
por ela alcançada, conforme especificações constantes no Anexo I	do edital, atendendo as condições
previstas no Instrumento Convocatório e as constantes da prese	ente Ata de Registro de Preços,
sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/1993 o	e 10.520/2002, alterações e demais
normas aplicáveis,, em conformidade com as disposições a seguir:	

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual Futura E Eventual Aquisição Plantas, Gramas E Demais Itens De Paisagismo, Para Atender As Secretarias Do Municipio De Nobres/Mt, Por Um Periodo De 12(Doze) Meses,

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital –Pregão Presencial SRP nº XX/2022, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos:

Código TCE	Itens	Unidade	Quantidade	Preço Unit.	Valor total
	CHEFLERA VARIEGATA - SCHEFFLERA ARBORICOLA,				
00021467	FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO	Un	n 130,0000	R\$:	R\$ xxx
00021407	SANITARIO (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS) ALTURA				
	MINIMA 20 CM.				

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, se não for outra a decisão da autoridade competente, não ultrapassando a vigência da ARP, contados a partir de sua assinatura.
- 2.2. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.
- 2.3. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DOTAÇÕES

- 3.1. Os preços registrados, as quantidades máximas e a descrição dos produtos, são os constantes do Anexo I do Edital, que é parte integrante da presente ata.
- 3.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

3.3 – As dotações das quais serão efetuados os pagamentos são:

Sec. Munic. Educação	118 - 05.002.12.361.0013.2029.3.3.90.30.1.500.1001000
Sec. Munic. Educação	130 - 05.002.12.361.0013.2034.3.3.90.30.1.550.0000000

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

^{3.4.} As despesas decorrentes do ano de 2023, ocorrerão pelas dotações orçamentárias do ano de 2023.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração
- 4.2. Municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante manifestação de interesse junto ao Departamento de Licitações, para que este, mediante aceite da licitante, autorize e indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecendo a ordem de classificação, e desde que comprovada a vantagem.
- 4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 4.4. As aquisições adicionais não poderão exceder por Órgão, ou Entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata de Registro de Preços.
- 4.5. Os órgãos ou entidades que utilizarem esta Ata de Registro de Preços, deverão observar, quanto ao preço unitário, as quantidades máximas, cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

5.1. O Contrato será fiscalizado pelo servidor nomeado por portaria.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE

FORNECIMENTO DO OBJETO.

6.1. A licitante vencedora deverá fornecer os produtos solicitados, em estrita conformidade com

disposições e especificações do edital da licitação, de acordo com o termo de referência, proposta de

preços apresentada, nos termos da presente Ata de Registro de preços.

6.2. Para fornecimento dos produtos registrados na ARP-Ata de Registros de Preços, que deve estar

devidamente assinada e publicada, nos termos legais, será celebrado o Contrato ou Nota de Empenho

ou ainda Autorização de Fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no

Termo de Referência - Anexo I do presente edital.

6.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora no local indicado pela

Secretaria solicitante, constante na Ordem de Fornecimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias

úteis:

6.4. A entrega deverá ser feita, impreterivelmente, na quantidade total solicitada, descrita no empenho.

6.5. A licitante deverá ter disponíveis, todos os produtos adjudicados, para efetuar a entrega. Caso não

seja efetivada a entrega dentro do prazo previsto, a empresa classificada em segundo lugar poderá ser

convocada para o fornecimento dos mesmos.

6.6. Os prazos especificados neste item consideram-se cumpridos, se a empresa vencedora comprovar

o envio dos produtos dentro do lapso temporal mencionado.

6.8. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor,

especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou

inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

6.9. Dentro do prazo de vigência do Registro de Preço, a Contratada será OBRIGADA ao fornecimento

do produto, desde que obedecidas às condições da presente edital.

6.10. O Município reserva para si o direito de recusar os produtos fornecidos em desacordo com a Ata

de Registro de Preços, devendo estes, serem substituídos às expensas, da CONTRATADA, sem que

isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

7.1. O objeto da presente licitação será recebido pelas Secretarias requisitantes, através de servidor designado, mediante Termo de Recebimento da efetiva prestação dos serviços e deverá atestar seu recebimento.

7.1.1. Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja qualquer impropriedade explícita,

será aceito esse recebimento;

b) Definitivamente, em até 03 (três) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante,

"atesto" na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e

aferição do direito ao pagamento.

7.2. O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação, estão condicionados ao

enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste Termo de Referência e obedecerão

ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for

aplicável.

7.3. O recebimento não exclui qualquer responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO

pela qualidade dos serviços fornecidos;

7.4. As plantas solicitadas deverão ser entregues no município de Nobres, em local

determinado pelas Secretarias solicitantes, na presença do encarregado do Setor, em

conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma

terá o prazo de até 03 (três) úteis dias para aceitar os materiais.

7.5. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em

perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam

danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a

Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município,

caso as exigências não sejam atendidas.

7.6. O fornecimento dos produtos deverão ser executados no local designado, de acordo com o

projeto básico apresentado pela Secretaria solicitante.

7.7. O fornecimento, compreende a entrega de placas de grama em tamanho padrão, forrações,

arbustos e vegetação de médio e grande porte, devidamente plantadas com distância entre covas

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

e tamanho referente a cada espécie a ser utilizada. Responsabilizar-se pela substituição das mudas que vierem a perecer por insetos, pragas ou deficiências nutricionais em 07 (sete) dias úteis.

- 7.8. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Termo e da licitação.
- 7.9. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do **Código de Defesa do Consumidor**, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.
- 7.10. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo dos servidores responsável das Secretarias solicitantes, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
- 7.11. Os prazos serão contados, a partir do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- 7.12. Caso não seja possível a realização do serviço no prazo indicado, a Contratada deverá, imediatamente após receber a ordem de serviço, informar as razões à unidade requisitante dos serviços, para, se aceitas, alterar o prazo ou definir prioridade em relação a outros serviços.
- 7.13. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por todos os custos referentes ao fornecimento de mão de obra, necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos, taxas de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional;
- 7.14. No ato da entrega, os serviços serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfazer (em) á especificação exigida ser (ão) rejeitados pela Contratante.
- 7.15. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratatante, em



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

função da existência de irregularidades, incorreções, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados

da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que

será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos

artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.

7.16. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não

será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de

licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro

preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7.17. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do produto

ofertado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP -

Ata de Registro de Preços, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios

para fins de verificação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

8.2. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando

os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;

8.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

8.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial

quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

8.5. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das

falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma,

atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;

8.6. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições

e exigênciascontidas no Termo de Referência.

9.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos

integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

56



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

9.3. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto

contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao

CONTRATANTE;

9.4. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da

contratada.

9.5. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus

Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;

9.6. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a

legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação

e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações

assumidas;

9.7. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na

execução do presente fornecimento;

9.8. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos

fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes

da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

9.9. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer que

ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos

devidos ao detento da ata. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

9.10. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

9.11. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se façam

necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei

Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

9.12. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro

contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do

fornecimento, que não terão com oCONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

9.13. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as obrigações

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

9.14. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos

sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

9.15. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao

CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo

excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento

pelo CONTRATANTE.

9.16. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização

por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla

defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel

observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

9.17. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;

9.18. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas

Contratuais e asnormas enumeradas na Lei nº 8.666/93.

9.19. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à

contratante, durante operíodo de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao

cumprimento dos mesmos;

9.20. Ficam fazendo parte da presente ATA, independentemente de sua transcrição, o EDITAL DA

LICITAÇÃO PRESENCIAL SRP nº 41/2022 e seus Anexos, bem como a PROPOSTA DA

CONTRATADA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia

relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da

proposta, já incluídas todas asdespesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

10.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as

despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais

e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de

qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente

licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade,

nenhum custo adicional.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

58



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

10.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela

Secretaria Municipal Solicitante, em até 10 (dez) dias, após a aceitação e atesto das Notas

Fiscais/Faturas.

10.4. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em conta

corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta

corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

10.5. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento

ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

10.6. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições

nos termose gradação da legislação fiscal pertinentes.

10.7. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao

apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento contratual.

10.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer

obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso

gere direito a qualquer compensação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

11.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses

decorrentese devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da

Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei

nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro

processo licitatório.

11.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e,

definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado

pela CONTRATANTE para a devida alteração do valor registrado em Ata.

11.4. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE não será

obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação

específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

59



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

11.5. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anevando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos

anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

11.6. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 15 (quinze) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado

pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art.

65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

12.2. Houver redução nos preços praticados no mercado, em relação aos preços registrados, ou de fato

que eleveo custo dos produtos registrados, cabendo a Contratante promover as necessárias negociações

junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço

praticado nomercado;

12.4. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado

pelo mercado.

12.5. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e 12.6. Convocar

os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante

requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

12.8. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a

veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de

fornecimento, e

12.9. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Contratante irá proceder à revogação da Ata de Registro

de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa à aquisição

pretendida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

DE PREÇO

- 13.1. A presente Ata ou o Registro de Fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:
- 13.2. Pela autoridade administrativa competente, mediante comunicação da UNID. requisitante, quando:
- 13.3. A empresa detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
- 13.4. a empresa detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a UNID. requisitante, não aceitar sua justificativa;
- 13.5. a empresa detentora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
- 13.6. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- 13.7. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não aceitar reduzir o preço registrado;
- 13.8. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 13.9. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.
- 13.10. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à AssessoriaJurídica do município, facultada a esta a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
- 13.11. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.
- 13.12. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
- 13.13. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei nº 8.666/93, o Município



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

de Nobres- MT., adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

XVIII) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

XIX) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

XX) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto deste Pregão, calculada sobre o valor remanescente do contrato;

XXI) multa de **0,5%** (**zero vírgula cinco por cento**) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista no Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

XXII) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nobres-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

XXIII) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

XXIV) após o 20° (vigésimo) dia de inadimplência, o ÓRGÃO GERENCIADOR terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Fone: 3376-4200 www.nobres.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

pagamento do objeto do Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste

Instrumento.

XXV) a inadimplência do FORNECEDOR REGISTRADO, independentemente do

transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse

da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a

imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

XXVI) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá

contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal

nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas

pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora

contratados;

XXVII) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo,

poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro do ÓRGÃO GERENCIADOR,

por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380, da Lei nº

10.406/2002 (Código Civil);

XXVIII) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo

pagamento vincendo a ser realizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, ou, ainda, sendo este

insuficiente para possibilitar a compensação de valores, o FORNECEDOR REGISTRADO será

notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no

prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pelo FORNECEDOR

REGISTRADO, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem

prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XXIX) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo

com a gravidade da infração;

XXX) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por

cento) do valor da contratação;

XXXI) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo

de força maior ou caso fortuito.

XXXII) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XXXIII) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui

a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993,

com suas alterações.

XXXIV) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após

notificação endereçada ao FORNECEDOR REGISTRADO, assegurando-lhe o prazo de 5

(cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da

lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - À ATA DE RP

15.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de

Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização

da Secretaria Municipal de Administração.

15.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela

estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não

prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com o município de Nobres/MT e órgãos

participantes.

15.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a

cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata

de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (DECRETO Nº

9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

15.3.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na

totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o

órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não

participantes que aderirem. (DECRETO Nº 9.488, DE 30 DE AGOSTO DE 2018)

15.4. O processo de autorização de adesão à Ata de Registro de Preços, será competência do

Secretário de Administração, que, somente autorizará adesões que obedeçam os seguintes requisitos:

c) que exista disponibilidade do item solicitado;

d) que instrua o pedido através de ofício, com as informações necessárias de acordo com a

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

64



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

legislação vigente;

24.5. Para instrução do pedido de que trata a alínea "b", além das exigências constantes para o processo

de autorização de adesão deverá ainda, conter as seguintes informações:

h) número da ata e seu objeto;

i) quantidade contratada;

j) justificativa da necessidade de contratação do item solicitado;

k) nome, cargo, telefone e setor do responsável pelo pedido de adesão à ata de registro de

preço, para possíveis contatos;

1) quantidades e itens aderidos anteriormente na referida ata;

m) carta de concordância do fornecedor;

n) justificativa da vantajosidade;

15.6. Cumpridos os requisitos formais para o processo de adesão à Ata de registro de preços, somente

após parecer jurídico favorável a adesão, a Administração Municipal autorizará o pedido de adesão.

15.7. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, Prefeitura Municipal de

Nobres, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@nobres.mt.gov.br ou pelo

endereço Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Bairro Jardim Paraná, telefones: (65) 3376-4215.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de

julho de 2002, do Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e

demais normas aplicáveis a espécie.

16.2. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de

termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação

financeira.

16.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro

de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste

Departamento.

16.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

16.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 16.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO CONTRATUAL

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nobres, Estado de Mato Grosso, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

iesterrarias, para que produza seus juridicos ciertos.	
	Nobres, de de 2022.
CONTRATANTE	
Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
Nome do Representante	
Contratado	
Testemunhas:	
Nome:	
CPF:	
Nome:	

CPF:



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO N.º /2022

Que entre si celebram o Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, e, de outro lado, a empresa ______, para a fornecimento de itens de Paisagismo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 - Este instrumento contratual fundamenta-se no Processo Licitatório através do **Pregão Presencial nº 41/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - Aquisição de Plantas, Gramas E Demais Itens De Paisagismo, Para Atender As Secretarias

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n°., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Do Municipio De Nobres/Mt, Por Um Periodo De 12(Doze) Meses".

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO PRESENTE CONTRATO

- 3.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela aquisição dos produtos descritos na cláusula segunda, o valor de R\$
- 3.2 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, contados da emissão da Nota Fiscal, e entrega do produto;
- 3.3 O pagamento será realizado de acordo com o quantitavivo soliciado pela secretaria e os valores abaixo:

Código TCE	Itens	Unidade	Quantidade	Preço Unit.	Valor total
00021467	CHEFLERA VARIEGATA - SCHEFFLERA ARBORICOLA, FOLHAGEM E RAIZES DESENVOLVIDAS E ASPECTO SANITARIO (AUSENCIA DE PRAGAS E DOENCAS) ALTURA MINIMA 20 CM.	Un	130,0000	R\$:	R\$ xxx

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E RECEIMENTO DO OBJETO

- 4.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, e terá início a partir de sua assinatura.
- 4.2 O prazo para entrega do objeto será de até 05 (cinco) dias úteis, apartir da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 4.3 O presente contrato não poderá ser prorrogado.
- 4.4. O objeto da presente licitação será recebido pelas Secretarias requisitantes, através de servidor designado, mediante Termo de Recebimento da efetiva prestação dos serviços e deverá atestar seu recebimento.
- 4.4.1.Os produtos serão recebidos da seguinte forma:
- c) Provisoriamente, no ato da entrega por Servidor, ou Comissão, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações, caso não haja qualquer impropriedade explícita, será aceito esse recebimento;
- d) Definitivamente, em até 03 (três) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante, "atesto" na nota fiscal/fatura, depois de comprovada a adequação aos termos contratuais e aferição do direito ao pagamento.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 Fone: 3376-4200



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

4.5. O recebimento e a aceitação do objeto desta licitação, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste Termo de Referência e obedecerão ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

4.6. O recebimento não exclui qualquer responsabilidade do **CONTRATADO** pela qualidade dos serviços fornecidos;

4.7. As plantas solicitadas deverão ser entregues no município de Nobres, em local determinado pelas Secretarias solicitantes, na presença do encarregado do Setor, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até **03 (três) úteis** dias para aceitar os materiais.

4.8. Todo o material fornecido deverá estar acondicionado em embalagens apropriada, e em perfeitas condições de armazenamento e uso, de forma que garanta a sua integridade e não sejam danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

4.9. O fornecimento dos produtos deverão ser executados no local designado, de acordo com o projeto básico apresentado pela Secretaria solicitante.

4.10. O fornecimento, compreende a entrega de placas de grama em tamanho padrão, forrações, arbustos e vegetação de médio e grande porte, devidamente plantadas com distância entre covas e tamanho referente a cada espécie a ser utilizada. Responsabilizar-se pela substituição das mudas que vierem a perecer por insetos, pragas ou deficiências nutricionais em 07 (sete) dias úteis.

4.11. A contratada deverá se responsabilizar pela qualidade dos produtos ofertados, não podendo apresentar deficiências técnicas, assim como pela adequação do mesmo às exigências do Termo e da licitação.

4.12. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do **Código de Defesa do Consumidor**, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

- 4.13. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo dos servidores responsável das Secretarias solicitantes, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
- 4.14. Os prazos serão contados, a partir do recebimento da requisição e nota de empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
- 4.15. Caso não seja possível a realização do serviço no prazo indicado, a Contratada deverá, imediatamente após receber a ordem de serviço, informar as razões à unidade requisitante dos serviços, para, se aceitas, alterar o prazo ou definir prioridade em relação a outros serviços.
- 4.16. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se por todos os custos referentes ao fornecimento de mão de obra, necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos, taxas de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional;
- 4.17. No ato da entrega, os serviços serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfazer (em) á especificação exigida ser (ão) rejeitados pela Contratante.
- 4.18. Verificada alguma falha no fornecimento, a Contratada obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, os produtos entregues e não aceitos pelo Contratatante, em função da existência de irregularidades, incorreções, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem ônus adicional para a Contratante, sem o que será convocada a segunda classificada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e artigos 20 e 56 a 80 do Código de Defesa do Consumidor.
- 4.19. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a **CONTRATANTE** não será obrigada a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 4.20. O município reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do produto ofertado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências da ARP –



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

Ata de Registro de Preços, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1.1. Efetuar à CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento.
- 5.1.2. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e Ata de Registro de Preços, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nos respectivos Edital e Ata;
- 5.1.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;
- 5.1.4. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da presente Ata, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;
- 5.1.5. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução desta Ata, alertando o fornecedor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o fornecedor;
- 5.1.6. Esclarecer as dúvidas e indagações do fornecedor, por meio da fiscalização do Contrato.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.2.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, em rigorosa e estrita obediência às prescrições e exigênciascontidas no Termo de Referência.
- 5.2.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes desta Ata e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:
- 5.2.3. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;
- 5.2.4. Manter estoque regular de produtos, de modo a poder atender de imediato as solicitações da contratada.
- 5.2.5. Fornecer os produtos em conformidade com as disposições do Termo de Referência, Edital e seus Anexos, e de acordo com a proposta apresentada;
- 5.2.6. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de

habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as

aomação e quanticação exigidas neste procedimento netatorio, em compationidade com as

obrigações assumidas;

5.2.7. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na

execução do presente fornecimento;

5.2.8. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos

fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes

da Prestação dos Serviços, no prazo assinalado pelo Município;

5.2.9. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao requerer

que ela seja executada à custa do detentor da ata, descontando-se o valor correspondente dos

pagamentos devidos ao detento da ata. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do

contrato;

5.2.10. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;

5.2.11. Aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões que se façam

necessários nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o art. 65, §1º da Lei

Federal nº 8.666/93, não sendo necessária à comunicação prévia da Contratante;

5.2.12. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro

contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do

fornecimento, que não terão com oCONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

5.2.13. Manter, durante toda a execução desta Ata e do Contrato, em compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

5.2.14. Apresentar durante a execução da ata, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar

cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos

sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

5.2.15. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao

CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo

excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento

pelo CONTRATANTE.

5.2.16. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

72



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

- 5.2.17. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;
- 5.2.18. A presente ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas Contratuais e asnormas enumeradas na Lei nº 8.666/93.
- 5.2.19. Designar formalmente um preposto para representá-la administrativamente junto à contratante, durante operíodo de execução do objeto, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 - Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/1993, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA- DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 7.1 Os recursos financeiros para pagamento das despesas de que trata o presente contrato, são recursos próprios do Município;
- 7.2 Os recursos orçamentários para cobertura de despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Sec. Munic. Educação	118 - 05.002.12.361.0013.2029.3.3.90.30.1.500.1001000
	130 - 05.002.12.361.0013.2034.3.3.90.30.1.550.0000000
Sec. Munic. Educação	144 - 05.002.12.365.0013.2035.3.3.90.30.1.550.0000000
Sec. Munic. Saúde	212 - 06.002.10.122.0029.2086.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Saúde	231 - 06.002.10.301.0029.1038.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	243 - 06.002.10.301.0029.2081.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	274 - 06.002.10.301.0029.2098.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Saúde	286 - 06.002.10.302.0029.2082.3.3.90.30.1.500.1002000
Sec. Munic. Social	363 - 07.002.08.244.0025.2069.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Infraestrutura	704 - 08.001.15.451.0010.1079.3.3.90.30.2.500.0000000
Sec. Munic. Infraestrutura	466 - 08.001.15.452.0032.2053.3.3.90.30.2.500.0000000
Sec. Munic. Turismo	559 - 11.001.13.392.0016.2052.3.3.90.30.1.500.0000000
Sec. Munic. Turismo	575 - 11.001.23.695.0015.2046.3.3.90.30.1.500.0000000
SubPrefeitura	632 - 17.001.04.122.0008.2023.3.3.90.30.1.500.0000000

7.3. As despesas decorrentes do ano de 2023, ocorrerão pelas dotações orçamentárias do ano de 2023.

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao beneficiário da ata, a quantia

relativa ao efetivo fornecimento dos produtos, calculado de acordo com os preços constantes da

proposta, já incluídas todas asdespesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

8.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as

despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,

fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras

despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da

presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à

Municipalidade, nenhum custo adicional.

8.3. Os pagamentos serão efetuados, mediante Termo de Recebimento dos produtos, emitido pela

Secretaria Municipal Solicitante, em até 10 (dez) dias, após a aceitação e atesto das Notas

Fiscais/Faturas.

8.4. Os pagamentos serão creditados em favor da beneficiária por meio de depósito Bancário em

conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da

conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

8.5. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento

ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

8.6. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e

Contribuições nos termose gradação da legislação fiscal pertinentes.

8.7. A licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao

apresentado para fins de habilitação no certame e consequentemente lançado no instrumento

contratual.

8.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer

obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que

isso gere direito a qualquer compensação.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS

9.1 - Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de Nobres,

poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

www.nobres.mt.gov.br

74



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

b) MULTA POR ATRASO – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) **SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos do indicado para o inicio da obra na ordem de serviços.

9.3 - A sanção prevista na alínea "c", do subitem 9.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

9.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO:

10.1 - São motivos ensejadores da rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos em lei e neste instrumento:

10.1.1 - O descumprimento de cláusulas contratuais ou das especificações que norteiam a execução do objeto do contrato;

10.1.2 - O desatendimento às determinações necessárias a execução contratual;

10.1.3 - A prática reiterada, de atos considerados como faltosos, os quais devem ser devidamente anotados, nos termos do §1º do art. 76 da lei federal 8.666/1993;

10.1.4 - A dissolução da sociedade, a modificação da modalidade ou da estrutura da empresa desde que isso venha a inviabilizar a execução contratual;

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000 **Fone: 3376-4200**



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

10.1.5 - Razões de interesse público, devidamente justificados;

10.1.6 - A subcontratação parcial ou total, cessão ou transferência da execução do objeto do contrato.

10.1.7 - A rescisão poderá ocorrer também por ato unilateral, nos casos elencados no art. 78, inciso I

a XII, da lei 8.666/1993;

10.1.8 - As partes poderão, observada a conveniência segundo os objetivos da administração

promover a rescisão amigável do contrato, através do próprio termo de distrato;

10.1.9 - Fica acordado entre as partes que se a rescisão contratual ocorrer por interesse da

CONTRATANTE, fica esta obrigada a comunicar por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta)

dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

11.1. Durante a vigência contrato, os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses

decorrentese devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65

da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

11.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da

Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar

outro processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/1993, as partes elegem, de comum

acordo, o foro da comarca de Nobres - MT, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente

instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando

expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja à que título seja,

considerada fora de sua jurisdição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 - O presente contrato obedecerá à lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, aplicando-se as

sanções nela prevista, por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência

do presente instrumento.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assinam o presente instrumento em duas

Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº., Jardim Paraná,

Paço Municipal, CEP: 78460-000

76



Estado de Mato Grosso CNPJ: 03.424.272/0001-07

vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que presenciaram a tudo, comprometendo-se por si e seus sucessores legais, o fiel cumprimento de todos os dispositivos. Nobres – MT, __ de _____ de 2022. **LEOCIR HANEL** Prefeito Municipal **Contratante** Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Nome do Representante Contratado Testemunhas: Nome: CPF: Nome: CPF: